

Projeto político-pedagógico: saberes na intencionalidade político-democrática dos sujeitos dialógicos

Lélio Favacho Braga¹ e Antônio Joaquim Severino²

¹ Doutorando em Educação - PPGE/UNINOVE/São Paulo, Brasil. E-mail: leliefavacho@bol.com.br

² Prof. Dr. Universidade Nove de Julho-UNINOVE/São Paulo, Brasil.

RESUMO: Este artigo tem como interesse primordial refletir sobre os elementos norteadores que servem de apoio para a construção do projeto político-pedagógico na ação democrática. Partimos do pressuposto que a ação democrática favorece por meio da intencionalidade dos sujeitos dialógicos a participação política, já que se trata da construção de um plano que não é ingênuo e muito menos neutro, facilitando sua elaboração, execução e avaliação. A consequência desse transcurso visaria a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. A investigação que norteia a presente abordagem é de cunho bibliográfico acerca do conceito de Projeto Político-Pedagógico na ação democrática, efetivado no universo escolar, caracterizando o método qualitativo de análise e discussão da referida abordagem.

Palavras-chave: Construção Democrática. Projeto Político-Pedagógico. Múltiplos Saberes.

Political and educational project in democratic action: knowledge in multiple intentionality policy subject dialogic

ABSTRACT: This article has the primary interest to reflect on the guiding elements which support for the construction of political-pedagogical project in democratic action. We start from the assumptions that action favors through the intentionality of dialogic subject to political participation, since it is the construction of a plan that is not naive, and less neutral, facilitating the formulation, execution and evaluation. The consequence of this course would aim to improve the teaching and learning process. The research that guides this approach is bibliographic nature of the concept of Pedagogical Policy Project in democratic action, effective in the school universe, featuring the qualitative method of analysis and discussion of that approach.

Keyword: Democratic Construction. Political Pedagogical Project. Multiple Knowledge.

1 Introdução

O presente artigo tem por finalidade demonstrar o Projeto Político-Pedagógico como a configuração de um plano, um caminho que se pretende percorrer para alcançar um determinado fim, denotando uma antecipação, tanto que o prefixo “pro” significa antes. Entendido dessa maneira, pode-se dizer que construímos um projeto quando temos um problema a resolver, uma meta a alcançar, em que elegemos um plano, um projeto para atingir nossos objetivos. “Projeto educacional, projeto político ou projeto político-pedagógico: qual a melhor designação? Mas essas expressões têm sido usadas indiferentemente com o mesmo sentido” (SEVERINO, 2012, p. 12).

Falar sobre Projeto Político-Pedagógico implica uma compreensão do conceito do que seja projeto, o político e o pedagógico no âmbito escolar, para que não se cometa o erro de dizer que os resultados ou condições vividas no contexto educativo nada tem a ver com o Projeto Político-Pedagógico, por achar que o mesmo é neutro e tem pouca ou nenhuma influência sobre as ações administrativas e pedagógicas da escola. Neste sentido, a ação que o fundamenta, não é dotada somente de consciência, mas também de intencionalidade, o que nos leva a perceber, que todo projeto envolve aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, que passarão pelo âmbito das discussões e decisões e serão influenciados pelo espaço de atuação social no universo escolar envolvendo o processo

de ensino e aprendizagem.

Dentro desse processo que a escola vem passando de gestão democrática e participativa, o papel do gestor escolar deixa de estar na função única de decisão, para passar a ter a função de mediador do processo administrativo, sendo quem conduzirá o nível de participação da comunidade escolar na construção do planejamento participativo. Cabendo a ele junto com seu corpo técnico, docente, funcionários de apoio, alunos e comunidade proporem meios que não só sirvam para a integração dos agentes desse processo como também, para a efetivação prática de atuação dos mesmos no sentido de transformarem a realidade que os cercam.

2 Projeto Político-Pedagógico: a construção no espaço democrático

O Projeto Político-Pedagógico não é um plano ingênuo e neutro, mas sim cheio de intenções por isso é político, pois tomará características autoritárias ou democráticas, partidárias ou apartidárias elegendo sua “cara”. É pedagógico, porque ocorrerá no campo de ação de professores, alunos, pais de alunos, diretores, em suma, na comunidade escolar no que tange a definição de suas ações educativas. O que concorda Silva (2000, p. 38) ao discorrer que o Projeto Político-Pedagógico é:

[...] político porque estabelece e dá sentido ao compromisso com a formação do cidadão e da pessoa humana para um tipo de sociedade; porque revela a intencionalidade da

formação e os compromissos deste profissional com um tipo de sociedade [...]. É pedagógico porque define as ações educativas e as características necessárias ao cumprimento dos propósitos e intencionalidades do curso, tendo a ver, portanto, com a organização do curso como um todo, com a organização do trabalho pedagógico na sua globalidade.

Desse modo, pode-se dizer que o projeto político-pedagógico deve ser uma instância de debates sobre os rumos da escola. Neste sentido, sua função é ser um espaço de transformação coletiva que precisa estar explicitado para que não propicie e nem assegure a manutenção de atitudes autoritárias e inflexíveis. Se a escola supera as barreiras hierárquicas, ela tem a possibilidade de propiciar a oportunidade para que todos os seus segmentos analisem, compreendam, indiquem qual a opção, a função e o rumo do fazer educativo. Dado que terá a participação de todos, perceberá mais de perto as necessidades prementes da maioria e terá maior comprometimento de todos, pois todos os passos foram decididos coletivamente e todos almejam os mesmos objetivos.

É possível dizer, que o projeto político-pedagógico, está primeiramente no desejo da criatura humana, nos seus planejamentos do dia-a-dia de forma sistemática ou não. É através da discussão das necessidades individuais, tornadas coletivas, que delineia-se na ação de nosso pensar o projeto político-pedagógico dependendo da opção, configurando-se em sua sistematização

as ações que vão atender requisitos meramente burocráticos ou interesses democráticos.

O projeto educacional pode ser metaforicamente representado pelo campo de força gravitacional criado por um ímã. A força de imantação, no caso, é uma intencionalidade, ou seja, um sentido, uma significação, que articula todas as ações, todas as medidas, todas as práticas, desenvolvidas por todos os sujeitos que se encontram no mesmo campo. É essa intencionalidade que evita a fragmentação das práticas especializadas e diferenciadas dos múltiplos sujeitos envolvidos: educadores, administradores, educandos, servidores, técnicos, especialistas, comunidade imediata, etc. (SEVERINO, 2012, p. 12).

A essência do projeto, depende da comunidade escolar porque fazem a construção de sua história, constituem a história da escola, passam enquanto indivíduos históricos na vida da comunidade escolar, mas fica o projeto, fica a história a ser continuada por outros atores sociais. Precisa estar claro em nossas mentes, que não devemos considerar a construção do projeto político-pedagógico apenas como um projeto, destituído de intencionalidade e harmônico. Ele deve sim, ser construído a partir de uma ação coletiva em que certamente estarão presentes opiniões divergentes, situações de poder que se explicitam no momento da constituição do projeto. Nota-se então, que a direção coletiva que se dá para a construção do projeto político-

pedagógico é muito complexa, esbarra em conceitos e práticas, que deixam de ser consensuais para tornar-se conflituais.

Outra questão relevante refere-se ao discurso sobre democracia e democratização, no qual corremos o risco de ficar apenas no discurso, como fazem as políticas neoliberais em que os burgueses discursam serem solidários aos menos favorecidos. Neste sentido, imprimem ações que só beneficiam a eles mesmos, através da exploração e exclusão da grande maioria dos proletariados. Em muitos educadores, algo parecido acontece, quando o pronunciamento é eclético, fazem um discurso avançado no sentido de garantia de direitos, mas praticam muito mais a cobrança de deveres.

É importante enfatizar que aqueles que pretendem construir uma prática escolar comprometida com os interesses da maioria da população, devem procurar compreender os diversos elementos que compõem o ambiente escolar, bem como os múltiplos determinantes que sobre eles atuam. Não devemos portanto, nos enganar, acreditando que a construção e implementação do projeto político-pedagógico ocorrerá de forma harmoniosa. Nem seria possível, já que também no ambiente escolar há conflitos, relações de poder, embora ocorra uma busca constante pelo consenso.

Para Freire, o ambiente escolar consiste num centro de deveres e direitos quando se assume como cidadã. Ou seja, a “Escola Cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e

deveres” (FREIRE apud GADOTTI, 2010, p. 69). Faz-se necessário ir além dos muros da escola, entender que ela existe dentro de uma sociedade e que ambas são resultados de um processo histórico.

A Escola Cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Não pode ser uma escola cidadã em si e para si. Ela é cidadã na medida mesma em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. A Escola Cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com o seu discurso formador, libertador. É toda escola que, brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos-sedutores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, a Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia (FREIRE apud GADOTTI, 2010, p. 69).

A escola enfrenta muitos problemas que se configuram como interesses para a prática educativa, tendo origem na sociedade a qual está inserida, podendo e devendo ser analisados a partir do espaço escolar e potencializado a partir do envolvimento de toda a comunidade. Neste caso, direção, corpo técnico, professores, funcionários de apoio, alunos, pais e outros no processo de discussão, formulação e encaminhamento de propostas que contribuam no decurso de luta pela superação dos desafios impostos pela realidade vivida.

Nessa perspectiva, ganha uma importância fundamental a construção coletiva e participativa do projeto político-pedagógico, pois é ele que deve articular toda a atuação escolar, conferindo unidade à prática educativa.

No processo de reflexão e elaboração do projeto político-pedagógico, pode-se estabelecer os princípios norteadores da prática educativa através da definição de suas finalidades, de sua estrutura organizacional, de sua concepção de currículo. Bem como um processo constante de avaliação em que garanta e busque uma ampla participação da comunidade escolar. Portanto, discutir o projeto político-pedagógico, implica em tese (re)conceitua-lo à luz dos princípios norteadores de uma teoria comprometida com a prática conscientizadora.

2.1 Projeto Político-Pedagógico: os pilares mestres

É primordial que a escola considere, a necessidade da definição para si e para a comunidade escolar, de uma identidade e um conjunto orientador de princípios e normas que direcione a ação pedagógica, pois a práxis educativa deve traduzir a face da comunidade escolar. Como dizia Freire (2000, p. 67), demonstrando se está do lado “do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho se não viver plenamente a nossa opção. Encará-la, diminuindo assim a distância entre o que dizemos e o que fazemos”.

O projeto político-pedagógico é

marcado por três pilares mestres: (1) os fundamentos éticos-políticos, que mostrará as opções adotadas pela escola quanto às questões dos valores éticos, políticos, religiosos, entre outros, a fim de atender seus objetivos quanto a formação do aluno, o qual deverá refletir a visão de homem e de sociedade dessa instituição. (2) Os fundamentos epistemológicos, em que a escola elegerá como irá se relacionar com o conhecimento, como o perceberá e de que forma irá adquiri-lo, definindo a concepção pedagógica que norteará suas ações, buscando a fundamentação necessária para isso. (3) E os fundamentos didático-pedagógicos/relações, que demonstrará o que a escola entende como sendo o papel do aluno, do professor e de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, assim como o que o mesmo oferecerá para dar sustentação as ações didático-pedagógicas.

Faz-se necessário ressaltar, que o projeto político-pedagógico é fundamental porque define as práticas educativas, permite formar a identidade da escola e revela a intencionalidade do fazer educativo. Permitindo aos pais, professores e a toda comunidade escolar, escolher a partir de seus princípios, de sua identidade e de outras características explicitadas no projeto e aplicadas em seu cotidiano. O projeto político-pedagógico singulariza a escola, credenciando-a positivamente na avaliação de pais e alunos que certamente irão optar pela escola que oferecer melhor serviço ao alunado.

Não tomemos o projeto político-

pedagógico como uma “moda” ou exigência, ele é um trabalho em equipe, neste caso, a equipe chamada comunidade escolar. Para Severino (2012, p.12), “trabalhar em equipe não é apenas tomar conhecimento de fatos e de decisões em reuniões conjuntas e cumprir mecanicamente determinações coletivizadas”. Consiste, de certo modo, numa tomada de consciência, que exige trabalho, responsabilidade, compromisso e efetiva participação coletiva em todas as etapas do processo. No pensamento de Severino (2012, p. 12), a construção do projeto político-pedagógico consiste em:

[...] participar efetivamente de um processo contínuo que se inicia na apropriação da intencionalidade de um projeto educacional, mediante a tomada de consciência dos objetivos e do sentido do empreendimento em questão. É participar efetivamente do planejamento, do acompanhamento, da avaliação e do replanejamento das ações pelas quais se implantará o projeto.

É preciso que tenhamos consciência de que o projeto político-pedagógico é a “alma” do fazer educativo, que precisa da participação de todos, que precisa ser levado por todos à prática comprometida e responsável, para que ele possa ser repensado a cada ação e a cada resultado, visto que o mesmo é um processo dinâmico e como tal, inconcluso. Se não adotarmos o projeto político-pedagógico como sendo dinâmico, fatalmente estaremos sujeitos a elaborá-lo de forma restrita, infiel à re-

alidade, inflexível e incapaz de efetivar transformações, pois não sendo coletivo, tende a se transformar em “alimento para traças” por não ser significativo.

Observamos que a gestão participativa na escola deu uma nova visão ao papel do diretor escolar, porém, apesar de ter obtido sucesso em alguns âmbitos, não se multiplicaram em todas as esferas educacionais. Percebemos que na escola pública apesar da criação de colegiados e conselhos de participação popular, muitas vezes possui uma gestão democrática ilusória. Isto é, ainda permanecendo na escola a centralização e verticalização das decisões, resultando no enfraquecimento e na falta de autonomia das unidades escolares. Assim, tornando a departamentalização do ensino presentes na escola pública e tornando o papel do administrador escolar meramente burocrático e hierarquicamente estabelecido. Para Vitor Paro (1997, p. 12):

Na medida em que se conseguir a participação de todos os setores da escola: educadores, alunos, funcionários e pais nas decisões sobre seus objetivos e seu funcionamento, haverá melhores condições para pressionar os escalões superiores a dotar a escola de autonomia e de recursos.

Não podemos deixar de ressaltar que a gestão democrática trazida para o Brasil pela nova LDB é importante e tem de ser destacada como necessidade imediata da escola no que concerne a busca de autonomia política. Neste sentido, uma redimensão do perfil do

administrador escolar, são necessários para que os objetivos educativos sejam colocados com clareza e sinceridade por parte destes profissionais. Sendo assim, um maior dinamismo na gestão da escola pública, gera potencialidades, descentralização e maior autonomia dos profissionais da educação.

Sendo assim, o administrador escolar passa a ser um articulador do Projeto Político-Pedagógico da escola, numa atuação dinâmica e globalizante. Em que não se descuidará do clássico em administração: planejar, organizar, coordenar, dirigir e avaliar, mas numa atuação voltada também para a realidade escolar, criando condições necessárias para o processo de ensino aprendizagem mais significativo, construtivo e participativo.

Cabe ao projeto político-pedagógico da escola realizar essa tão necessária articulação do instituinte com o instituído, da vida concretamente vivida dia a dia com as condições sociais e materiais necessárias à continuidade das ações numa forma conjunturalmente possível (MARQUES, 2000, p. 146).

Compreendemos que a formação do novo perfil do administrador escolar, numa direção comprometida com a educação de qualidade, seria consideravelmente um dos fatores norteadores das ações na escola. A re-leitura do perfil do administrador escolar implica uma volta ao passado historicamente marcada pelo enfoque empresarial estruturalista do capitalismo e profundamente modificada pela gestão de-

mocrática e autônoma da escola, mesmo que esta ainda esteja engatinhando no processo histórico-social da nova dimensão administrativa no Brasil.

2.2 Construção democrática na ação dialógica da participação dos sujeitos

A medida que os educadores tem desenvolvido seu processo democrático, começam a entender a real função social da escola, havendo benefício extremamente favorável a toda sociedade. A partir da nova lei de diretrizes e bases da educação, houve um avanço tecnológico e a própria modernização da sociedade, fazendo com que se instalasse a real mudança na questão administrativa e estruturação das escolas. Assim, buscou-se por meio de variados estudos, caminhos mais eficientes para que houvesse uma administração mais democrática, em que todos pudessem lutar pelos seus pontos de vista, relacionando-se com a comunidade escolar.

Não é possível o gestor escolar conduzir um trabalho sozinho, ser o centro de tudo, pois a participação democrática conduz a boa qualidade de uma ação pedagógica e administrativa na medida em que os elementos que compõem as escolas tomem consciência do seu verdadeiro papel ao promover a identidade cultural do educando. O objetivo principal do projeto político-pedagógico numa versão humanística deve ser o de inserir o indivíduo no mundo em que vive.

Um outro exemplo humanístico vem

do pensamento de Paulo Freire, este critica os “pacotes” arquitetados em “gabinetes” para serem postos em prática pelos professores. Para Freire se trata de uma “demonstração inequívoca, primeiro de seu autoritarismo; segundo, como alongamento do autoritarismo, de sua descrença na possibilidade que têm [os]as professoras[es] de saber e de criar” (1997, p. 12). A inextinguível convicção humanística de Freire na possibilidade da educação reverbera, por outro lado, nas observações de Boaventura de Souza Santos sobre a conflitualidade dos conhecimentos. Para Santos (2009, p. 19):

[...] a sala de aula tem de transformar-se ela própria em campo de possibilidades de conhecimento dentro do qual há que optar. Optam os alunos tanto quanto os professores e as opções de uns e de outros não têm de coincidir nem são irreversíveis. As opções não assentam exclusivamente em ideias já que as ideias deixaram de ser desestabilizadoras no nosso tempo. Assentam igualmente em emoções, sentimentos e paixões que conferem aos conteúdos curriculares sentidos inesgotáveis.

Quanto a possibilidade de uma ação administrativa na perspectiva da construção coletiva, verifica-se através das próprias campanhas assistenciais conhecidas como: “a família na escola e o amigo da escola”, que denotam perspectivas de ação em conjunto, traduzidas numa construção coletiva de fundamental importância. A participação

da comunidade intra a extra escolar nas tomadas de decisões nas escolas está evoluindo através de uma nova construção social e o convívio democrático familiar desenvolvido na maioria das escolas através da presença dos pais, em prol do interesse das suas crianças. Isso descamba na multiplicação da conscientização da sociedade, na sua responsabilidade pela educação dos filhos da nação brasileira. Favorecido pelo trabalho desenvolvido pela administração escolar e por todos os envolvidos nessa construção coletiva de racionalidade comunicativa e política, portanto democrática, cidadã e dialógica. Para Nadja Hermann Prestes (1997, p. 230):

O fundamento da ação dialógica encontra-se na participação do sujeito em um mundo compartilhado com outros sujeitos. Isso tem validade para as diferentes instâncias no processo pedagógico, seja no plano da relação professor-aluno seja no plano da definição da política educacional, da administração e da relação com outras áreas do conhecimento científico.

A ação participativa está evoluindo permanentemente na discussão da forma de administrar, pois é muito importante destacar que os processos de tomadas de decisões existem por meio do envolvimento significativo dos membros da comunidade local. Assim como a atuação com maior desempenho é aquela em que o gestor está disponível às mudanças em questionamentos, sendo importante verificar a

mobilização de pessoas visando uma construção democrática. Ou seja, buscar o sucesso fazendo da escola um espaço sadio de convivência democrática. Para Luck (1998, p. 18), compete ao diretor, favorecer o estabelecimento e a conservação “de um ambiente propício a participação plena, no processo social escolar, dos seus profissionais, de alunos e de seus pais, uma vez que se entende que é por essa participação que os mesmos desenvolvem consciência social crítica e sentido de cidadania”.

3 Considerações finais

Desde os primórdios, a administração de tarefas ou processos vem sendo praticada pelo homem e com ela vem sendo elaborado um novo modo de se conhecer o processo administrativo. Atualmente verifica-se a construção de uma nova escola, através da autonomia em que os envolvidos nas escolas estão construindo os seus próprios projetos de trabalho, que deverá contar com a participação de todos os segmentos.

Fica bem evidenciado a necessidade que as escolas possuem quanto à busca de um conhecimento sobre a atual gestão, assim como o desempenho não só administrativo como nas outras esferas da rede escolar. Além disso, torna-se necessário o intercâmbio não somente entre a escola em que se atua, mas entre as demais escolas, contando com a presença de pessoas ligadas diretamente ao setor educacional. Esse intercâmbio proporciona mais

condições no que diz respeito ao aumento de conhecimentos, pois surgirão novidades em termos da nova gestão que contribuirá para o processo de legítima autonomia.

Hoje em dia por exemplo, não se deve administrar de forma centralizada, em que somente uma pessoa possua o poder de decidir como era feito anteriormente na época dos faraós. É notável em empresas atuais crescer um inovador modo de administrar, tratando-se de um administrar coletivo. A escola por tratar-se de uma empresa, é bem verdade que com objetivos diferentes das tradicionais, tem sofrido inúmeras mudanças no que diz respeito ao seu processo administrativo.

Dentro dessa nova perspectiva surge o planejamento participativo, que visa descentralizar o poder da escola, mais do que isso, busca proporcionar a integração de todos os membros que compõe o universo escolar. Dado que uma atuação administrativa transformadora, traduz-se na necessidade de se estabelecer uma construção harmoniosa e com metas primordiais, em que o gestor em sua atuação de caráter transformadora, propicie a toda coletividade escolar uma relação saudável.

O processo de tomada de decisões implica a definição coletiva de uma agenda básica de trabalho na convicção de que é preciso compartilhar o poder de decisão na escola, pois uma liderança consegue mobilizar pessoas quando coordena diferentes grupos na busca de objetivos comuns. Toda escola deve ter definida, para si mesma e para sua comunidade escolar, uma identidade e

um conjunto orientador de princípios e de normas que iluminem a ação pedagógica cotidiana.

Portanto, o projeto político-pedagógico deve estar na escola como um todo em sua perspectiva estratégica, não apenas em sua dimensão pedagógica. Ele deve ser uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a definir suas prioridades estratégicas, a converter as prioridades em metas educacionais, decidir o que fazer para alcançá-las, medir se os resultados foram atingidos e avaliar o próprio desempenho. Saber utilizar os elementos necessários para o bom desempenho, naquilo que acredita-se ser a unidade desejada, é manter vivo o sonho de encontrar caminho para a democracia no espaço público escolar.

A efetividade do processo democrático na sua complexidade, num contexto mais amplo esbarra nas limitações da autonomia administrativa. Já que as políticas paternalistas, empreendidas por certos administradores escolares, preocupados em manter seus cargos traduz a dificuldade do gestor no enfrentar do seu cotidiano escolar. A construção do projeto político-pedagógico se apresenta como um dos grandes trunfos que a equipe gestora tem ao mobilizar as pessoas para a consolidação da gestão democrática e a construção da autonomia escolar de forma participativa e colegiada.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo. Ed.: UNESP, 2000. p. 67

_____. **Professora Sim, Tia Não Cartas a quem Ousa Ensinar**. Ed. Olho d'água, 1997. Disponível em: <<http://teiaufmg.com.br/wp-content/uploads/2014/07/FREIRE-Paulo-Professora-sim-tia-n%C3%A3o.pdf>> Acesso: 07/11/2014. p.12

GADOTTI, M. **Escola Cidadã**. 13ª Ed. São Paulo. Cortez, 2010. p. 69

LUCK, Heloísa. **A Dimensão Participativa da Gestão Escolar**. V. 09. Ed. Revista Gestão em Rede, 1998. p. 18

MARQUES, Mário Osório. Escola, Aprendizagem e Docência: imaginário social e intencionalidade política. In: VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola. Uma construção possível**. Campinas. Ed.: Papirus, 2000. p. 146

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo. Ed.: Ática, 1997. p.12

PRESTES, Nadja H. O polêmico debate da educação na contemporaneidade: a contribuição habermasiana. In Zuin, Álvaro S.; Bruno Pucci; Newton Ramos de Oliveira (orgs.). **A Educação danificada**: contribuições à teoria crítica da educação. Petrópolis. Ed.: Vozes 1997. p. 230

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma pedagogia do conflito. In: FREITAS, A. L. S. MORAES, S. C. **Contra o Desperdício da Experiência**: a pedagogia do conflito revisitada. Porto Alegre. Ed.: Redes Editora, 2009. p. 19

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Formação Docente**: desafio para as licenciaturas. Espaço Plural. Ano XIII. Nº 26. ISSN 1518-4196. 1º Semestre 2012.

SILVA, Ana Célia Bahia. **Projeto Peda-**

gógico: instrumento de gestão e mudança. Belém. UNAMA, 2000. p. 38

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Artigo recebido em 26 de dezembro de 2014.

Aceito em 18 de fevereiro de 2015.